



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA**, conforme condições e especificações contidas neste Edital.

1.2. A prestação dos serviços será conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste anexo, bem como as demais condições estabelecidas no edital.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Prestação de Serviço de Ultrassonografia de Articulações (ombro, antebraço, cotovelo, braço, punho, mão, quadril, perna, joelho, tornozelo, pé, dedo).	Unid.	1.440	R\$ 106,50	R\$ 153.360,00

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A presente contratação tem como finalidade a realização de exames de ultrassonografia de articulações, abrangendo ombro, antebraço, cotovelo, braço, punho, mão, quadril, perna, joelho, tornozelo, pé e dedos, visando atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

A necessidade decorre do aumento significativo de pacientes com queixas musculoesqueléticas, incluindo dores articulares, limitações de movimento, processos inflamatórios, lesões traumáticas e doenças degenerativas, como tendinites, bursites e artroses. A ultrassonografia é um exame essencial para avaliação diagnóstica dessas condições, por ser um método não invasivo, de baixo custo, com alta resolutividade e sem exposição à radiação.

A disponibilização desses exames é fundamental para garantir diagnóstico precoce e preciso, subsidiando a conduta clínica adequada pelos profissionais de saúde, reduzindo a necessidade de encaminhamentos para média e alta complexidade, bem como evitando agravamento dos quadros clínicos e possíveis internações.

Além disso, a contratação se justifica pela insuficiência ou inexistência de oferta desse tipo de exame na rede própria municipal, o que gera demanda reprimida e necessidade de complementação por meio de serviços especializados.

Dessa forma, a contratação visa assegurar a continuidade da assistência à saúde, promover maior resolutividade na atenção básica e especializada, bem como garantir acesso oportuno e equitativo aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).



3. MODALIDADE, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E VIGÊNCIA

- 3.1. Modalidade Pregão Eletrônico, pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM.
- 3.2. O contrato terá a vigência de 12 (doze) meses.
- 3.3. Os serviços a serem prestados são de natureza contínua e comum, razão pela qual se amolda à Lei Federal 14133/2021.

4. PRODUTO/DESCRIÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Prestação de serviços técnicos profissionais especializados em diagnóstico por imagem, consistentes na realização de exames de ultrassonografia de articulações, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

Os serviços a serem executados compreendem a realização dos seguintes exames:

- Ultrassonografia de Ombro;
- Ultrassonografia de Antebraço;
- Ultrassonografia de Cotovelo;
- Ultrassonografia de Braço;
- Ultrassonografia de Punho;
- Ultrassonografia de Mão;
- Ultrassonografia de Quadril;
- Ultrassonografia de Perna;
- Ultrassonografia de Joelho;
- Ultrassonografia de Tornozelo;
- Ultrassonografia de Pé;
- Ultrassonografia de Dedos.

Os exames deverão ser realizados de acordo com as normas técnicas e protocolos clínicos vigentes, observando os padrões de qualidade exigidos pelos órgãos de vigilância sanitária e pelos conselhos profissionais competentes.

Os exames serão realizados mediante encaminhamento médico expedido pelas unidades de saúde da rede pública municipal.

A contratada deverá garantir equipe médica habilitada, composta por profissional(is) com registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM) e, preferencialmente, com experiência comprovada em ultrassonografia musculoesquelética.

Todos os exames deverão ser acompanhados de laudos descritivos e conclusivos, devidamente assinados por profissional médico responsável, contendo identificação completa do paciente e do médico solicitante.



A contratada deverá manter controle mensal dos exames realizados, com envio de relatórios consolidados à Secretaria Municipal de Saúde, contendo o quantitativo de procedimentos realizados, datas e identificação dos pacientes atendidos, para fins de controle e fiscalização.

A prestação dos serviços deverá assegurar qualidade, eficiência, pontualidade e humanização no atendimento, contribuindo para o fortalecimento da rede municipal de atenção à saúde.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

5.1.1. Certidão de registro profissional no Conselho Regional de Medicina ou diploma de médico;

5.1.2. Apresentação de responsável técnico com registro ativo no CRM, cuja especialidade seja diagnóstico por imagem ou equivalente;

5.1.3. Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante já prestou serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratada deverá ser pessoa jurídica regularmente constituída, devidamente registrada nos órgãos competentes e habilitada para a prestação de serviços técnicos profissionais na área de diagnóstico por imagem, devendo atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Possuir em seu quadro médico especialista em ultrassonografia com registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM);
- Apresentar comprovação de experiência profissional compatível com os serviços a serem prestados.
- Realizar os exames de acordo com os protocolos clínicos e diretrizes do Ministério da Saúde;
- Emitir laudos assinados por profissional habilitado, contendo identificação completa do paciente e do médico responsável;
- Assegurar sigilo das informações e integridade dos resultados dos exames;
- Cumprir os prazos de agendamento e entrega de laudos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.



- Os exames deverão ser realizados mediante encaminhamento médico oriundo da rede pública municipal;
- A contratada deverá registrar e disponibilizar relatórios mensais com quantitativo de exames realizados, para fins de controle e fiscalização.
- Cumprir integralmente as disposições legais e regulamentares aplicáveis à prestação de serviços de saúde;
- Atender prontamente às solicitações da fiscalização do contrato;
- Manter regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a execução contratual.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços técnicos profissionais na realização de exames de ultrassonografia de articulações (ombro, antebraço, cotovelo, braço, punho, mão, quadril, perna, joelho, tornozelo, pé e dedos), destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do município. Os exames serão realizados nas dependências da unidade de saúde Unidade Mista Dr. Hélio Martins de Oliveira, utilizando equipamento de ultrassonografia pertencente ao próprio município, ficando a contratação restrita exclusivamente à disponibilização de profissional habilitado para execução dos serviços.

A empresa contratada deverá disponibilizar profissional médico devidamente qualificado, com registro ativo no conselho de classe competente, responsável pela realização dos exames e emissão dos respectivos laudos, garantindo qualidade técnica, precisão diagnóstica e segurança aos pacientes.

Os atendimentos serão realizados conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde, mediante encaminhamento médico previamente autorizado, com organização por meio de agendamento, garantindo eficiência na prestação do serviço e redução de filas de espera. Os laudos deverão ser emitidos de forma clara, precisa e em prazo adequado, possibilitando a continuidade do atendimento médico e a definição de condutas clínicas de forma célere.

Dessa forma, a solução proposta otimiza os recursos públicos existentes, garantindo a ampliação da oferta de exames especializados, maior resolutividade dos atendimentos e melhoria na qualidade da assistência prestada à população.

8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1. A prestação dos serviços será realizada conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, mediante emissão de Ordem de Serviço e/ou agendamento prévio, observando-se a necessidade do serviço público;



- 8.2. Executar os serviços nas dependências da Unidade Mista Dr. Hélio Martins de Oliveira, utilizando-se do equipamento de ultrassonografia disponibilizado pelo Município;
- 8.3. Disponibilizar profissional médico devidamente habilitado, com diploma de nível superior em Medicina e registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM), preferencialmente com experiência em ultrassonografia musculoesquelética;
- 8.4. Realizar exames de ultrassonografia de articulações (ombro, antebraço, cotovelo, braço, punho, mão, quadril, perna, joelho, tornozelo, pé e dedos), conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde;
- 8.5. Executar os serviços em conformidade com protocolos clínicos, normas técnicas e diretrizes do Ministério da Saúde e dos órgãos de controle e fiscalização profissional;
- 8.6. Realizar os exames exclusivamente mediante encaminhamento médico autorizado pela rede pública municipal;
- 8.7. Emitir laudos descritivos e conclusivos de todos os exames realizados, devidamente assinados pelo profissional responsável, de forma clara, precisa e em prazo adequado;
- 8.8. Manter-se regular e habilitada junto aos órgãos de fiscalização profissional e demais exigências legais, durante toda a execução contratual, sob pena de rescisão;
- 8.9. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços prestados, inclusive quanto à qualidade técnica dos exames e laudos, isentando o Município de quaisquer falhas profissionais;
- 8.10. Responder por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços;
- 8.11. Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, não havendo qualquer vínculo empregatício com o Município;
- 8.12. Não transferir, ceder ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia autorização da Administração;
- 8.13. Manter sigilo absoluto sobre as informações e dados dos pacientes, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- 8.14. Substituir, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer profissional que não atenda às exigências técnicas ou administrativas da contratante;



8.15. Manter controle dos atendimentos realizados e encaminhar relatórios mensais à Secretaria Municipal de Saúde, contendo quantitativo de exames, datas e identificação dos pacientes, para fins de controle e fiscalização;

8.16. Zelar pela adequada utilização dos equipamentos e instalações disponibilizados pelo Município, responsabilizando-se por danos decorrentes de uso inadequado.

9. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

9.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme as condições estabelecidas no contrato;

9.2. Disponibilizar à CONTRATADA o espaço físico adequado e o equipamento de ultrassonografia necessário à execução dos serviços;

9.3. Fornecer todas as informações e documentos necessários à adequada execução dos serviços;

9.4. Realizar o agendamento e encaminhamento dos pacientes por meio da rede municipal de saúde;

9.5. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução dos serviços, por meio de servidor designado como gestor/fiscal do contrato;

9.6. Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as providências cabíveis;

9.7. Assegurar que os serviços sejam demandados conforme a necessidade da rede pública, respeitando os critérios técnicos e administrativos;

9.8. Não estabelecer qualquer vínculo empregatício com os profissionais da CONTRATADA, sendo esta integralmente responsável por seus encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais.

10. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que



justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento



de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO SUSTENTABILIDADE

11.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da licitação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da licitação.

12. VALOR ESTIMADO

12.1. O valor anual estimado para atender à solicitação é de **R\$ 153.360,00 (cento e cinquenta e três mil trezentos e sessenta reais)**.

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento referente às prestações de serviços será efetuado após a execução dos respectivos eventos, em até 30 dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, através do seu Fiscal de Contrato.

13.2. A nota fiscal/fatura eletrônica deverá ser emitida pela licitante em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

13.3. O gestor/fiscal, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à licitante para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo



estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

13.4. O pagamento devido pela Prefeitura será efetuado por meio de boleto bancário, depósito em conta bancária a ser informada pela licitante ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

13.5. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a licitante dará a Prefeitura plena, geral e irrevogável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

13.6. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da licitante.

13.7. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação, obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade.

14. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

14.1. A despesa decorrente do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos orçamentários:

Ficha: 262

Dotação: 02.08.01.10.301.0037.2139

Código de Despesas: 3.3.90.39.00

Fonte de Recurso: 1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos

Fonte de Recurso: 1.621.000.0000 - Transf.Fundo/Fundo Recur.SUS Proven.Gov.

Ficha: 272

Dotação: 02.08.01.10.302.0037.2065

Código de Despesas: 3.3.90.39.00

Fonte de Recurso: 1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos

Fonte de Recurso: 1.600.000.0000 - Transf.Fundo/Fundo Recur.SUS Proven.Gov.

Todas as despesas com o objeto a ser licitado deverão ser empenhadas de acordo com as dotações orçamentárias para o exercício de 2026 e 2027.

15. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. A contratação em apreço terá seu prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente e interesse da Administração Municipal.

16. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO



16.1. Os serviços serão acompanhados e fiscalizados pela Secretaria Municipal de Saúde. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração.

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

17.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

17.1.3 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.4 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.5 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

17.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.7 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

17.1.9 Fraudar a licitação

17.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.1.10.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.10.2. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

17.1.10.3. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.



- 17.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 17.2.1. advertência;
 - 17.2.2. multa;
 - 17.2.3. impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 17.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 17.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 17.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 17.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 17.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 17.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 17.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 17.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 17.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 17.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens



- 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observarão prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 17.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 17.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 17.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 17.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 17.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobre venha decisão final da autoridade competente.
- 17.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18. DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. FORO

Prefeitura Municipal de Santa Rosa da Serra
R. Dr. Adolfo Portela, 203, Centro, CEP 38.805-000, Santa Rosa da Serra - MG



19.1. Fica eleito o Foro da Justiça em Campos Altos para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta contratação que não puderem ser compostos pelos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias (arbitragem, mediação, conciliação ou Comitês de Resolução de Disputas (dispute boards) conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

20. DA SECRETARIA PARTICIPANTE DO PROCESSO

- Secretaria Municipal de Saúde;

Santa Rosa da Serra/MG, 29 de abril de 2026.

Renan Antunes Ferreira
Secretário Municipal de Saúde